



ACTA N.º 3/2007

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e sete, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. - **INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
2. - **PRIMEIRA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2007. INFORMAÇÃO N.º 03/DGFEP/07;**
3. - **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA DE RSU, FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO E LAVAGEM DE CONTENTORES. ADJUDICAÇÃO. AJUSTE DIRECTO. 04/SA/2007;**
4. - **ALIENAÇÃO, MEDIANTE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO, DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITUADOS NA FONTE DO LEITE, E DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJECTO URBANÍSTICO, O QUAL DEVERA CONTEMPLAR UMA ZONA COMERCIAL E UM CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES. DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA N.º 53/GAPV/07;**
5. - **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO N.º 14/SA/2007;**
6. **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA “EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, SA.” – PEDIDO DE APROVAÇÃO. PROPOSTA N.º 62/GAPV/07;**
7. - **ART. 44º, DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, SOB A EPÍGRAFE “PUBLICAÇÃO”. – CORRECÇÃO -. INFORMAÇÃO N.º 23/DASJ/07;**
8. - **CONSTRUÇÃO DO NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES NA A24/AUTO ESTRADA DO INTERIOR NORTE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO. PROPOSTA N.º 57/GAPV/07;**
9. - **APRESENTAÇÃO, PARA CONHECIMENTO, DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

Manuel dos Anjos Montalvão Machado
Luís Manuel Geraldes Teixeira Araújo
José Augusto Melo Caeiro
António Manuel Pires Almeida
Fernando Alves Carvalho
Hélder Jorge Rodrigues Batista
Ana Paula Fernandes Jesus Moura
Nuno André Coelho Chaves
Valdemar da Silva Carneiro

A acta número três, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

Posta à votação foi aprovada por maioria com seis abstenções, por ausência na última assembleia.

Iniciou-se o “**Período Antes da Ordem do Dia**” tendo usado da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – iniciou a sua intervenção referindo a visita do Senhor Primeiro - Ministro ao Distrito de Vilar Real, para inaugurar obras essenciais, nomeadamente a A24 e a Estação de Água do Alto Rabagão, a que chamou de “Governo Presente”.



“Sobre a A24, qual é a posição do Partido Social - Democrata relativamente a este financiamento de infraestruturas SCUT? Nós conhecemo-la e admitimos que os presentes também a conhecem. Sabemos que o Partido Socialista defendeu este sistema de financiamento com o objectivo de fomentar a coesão territorial e por essa razão temos esta infra-estrutura; duvidamos que estivesse concluída se não fosse a força de governos que implementaram, sustentaram e levaram em frente esta forma de financiamento. Não estamos agradecidos, mas reconhecemos que foi feita justiça com o Distrito de Vila Real, com o Concelho de Chaves em particular e ao Governo do Partido Socialista por ter tido a oportunidade de inaugurar esta obra emblemática e fundamental para o desenvolvimento do Distrito.

Temos a certeza que o Senhor Presidente da Câmara comunga destes princípios de desenvolvimento da nossa Região e saudamo-lo porque tem a sorte de ter um Governo do Partido Socialista que, contra algumas deficiências de projecção de articulação ou de definição de projectos emblemáticos e de visão estratégica, está a colaborar com a Autarquia para as colmatar e temos certeza que o Senhor Presidente abraçará estas medidas promovidas pelo Governo, nomeadamente o Nó de Outeiro Seco.

Quando se efectuou a deslocalização do Parque Empresarial para a zona do Campo queimado urgia que também em termos de acessibilidades fosse revisto o Plano que estava definido. Não o foi mas neste momento temos a certeza que vamos ter os apoios necessários para que este Nó venha a ser uma realidade e a Plataforma Logística, que foi integrada pelo Governo do Partido Socialista, na rede nacional de Plataformas Logísticas, possa por esta via exercer a função desejada, no domínio da competitividade da nossa Região.

Temos também a solução do Governo com um projecto de potencial interesse nacional em Vidago, na área do Turismo, para o qual a A24 vem constituir um verdadeiro motor e uma verdadeira alavanca, para que este projecto não fique apenas no terreno, mas que se possa integrar no verdadeiro domínio de pacotes turísticos. Devemos abraçar a linha do Turismo e desenvolver aquilo que ainda não está feito e que são verdadeiros pacotes turísticos para a Região, para que ela seja uma fonte de atractividade e possa competir com outras regiões do País, nesta área. Realçamos o forte empenho do Partido Socialista na manutenção do Pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em Chaves; não nos conformamos com a redução de número de cursos, contamos com o Senhor Presidente da Câmara e o PS também, nesta questão, estará ao lado dos interesses das populações e dos interesses regionais e defenderá um verdadeiro Pólo da UTAD que se constitua com amarras que lhe permitam, não só subsistir, ou tão só subsistir, mas desenvolver-se como uma verdadeira entidade de Ensino Superior regional e, se possível, com alavancagem em termos nacionais, por aqui serem leccionados cursos de verdadeira oportunidade no âmbito nacional e que constituam também uma verdadeira alavanca para os nossos jovens, para o seu futuro e para a sua empregabilidade.

Não está tudo feito, mas temos condições reunidas para que o Poder Local, a Autarquia de Chaves e todos os agentes interventivos possam definir linhas estratégicas de desenvolvimento, porque a função do Estado é criar igualdade de oportunidades e não queremos que o Poder Local seja uma ponte para aprofundamento de assimetrias, mas que agarre a verdadeira postura de igualdade de oportunidades que está a ser gerada a esta região, para que se transforme na região que todos desejamos – uma verdadeira região do litoral com a Europa - e que venha a ser um pólo de desenvolvimento que participe para o todo nacional e que entremos nas verdadeiras políticas de coesão territorial e social.



O Senhor Presidente terá o apoio não só do Governo como do Partido Socialista nas questões fundamentais de defesa dos interesses do Concelho e contamos com o Senhor em termos de Poder Local.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse: O Governo esteve efectivamente presente e tive a oportunidade de ter sido recebido pelo Senhor Primeiro - Ministro, pelo Ministro da Presidência e pelo Senhor Secretário de Estado do Emprego, no passado Domingo em Vila Real aos quais apresentei os constrangimentos ao desenvolvimento da nossa região.

A intervenção da Senhora deputada Paula Barros que agradou a todos, não é suficiente para o desenvolvimento sustentado desta região, porque o Governo não foi sensível a questões que vivemos a nível local. Embora não possamos influenciar as políticas de fiscalidade, porque são de âmbito nacional, temos o problema dos combustíveis que afecta dezenas de pequenas empresas de revendedores destes produtos; o problema dos distribuidores do gás doméstico, que afecta igualmente, algumas dezenas de pequenos comerciantes de fronteira. É só atravessar o rio e os preços são muito mais baixos na vizinha Espanha – cerca de 7,00€ por garrafa de gás.

De uma maneira mais geral abordei-lhes também a questão do Pagamento Especial por Conta (PEC), que afecta muitas micro e pequenas empresas, de uma maneira já transversal, a nível nacional. Falei-lhes igualmente do IRC, embora o Governo já tenha algumas medidas compensatórias para estas zonas desfavorecidas e na questão dos licenciamentos comerciais. Gostávamos que houvesse desenvolvimento comercial, não só alocado ao dito comércio tradicional, mas também com novos formatos mais desenvolvidos, mais atractivos e mais harmoniosos. Abordei-lhes ainda a questão dos horários dos estabelecimentos comerciais.

A todas estas questões o Senhor Primeiro – Ministro, com toda a simpatia e cordialidade que o caracterizam, respondeu-me que, infelizmente, o Governo não tinha condições de satisfazer as nossas pretensões. Não lhe seria possível implementar medidas diferenciadas do resto do País, nomeadamente no que respeita aos combustíveis, ao IVA e ao PEC.

As infraestruturas são responsabilidade do Governo, em todas as regiões. Tem-no feito e nós reconhecemos essa posição. Cabe aos actores empresariais o desenvolvimento económico da região, mas com estas medidas, apesar das infraestruturas já existentes, não temos condições de criar um desenvolvimento económico saudável e eficaz.

GISELA MARIA ESTEVES DO ESPIRITO SANTO do PS – Cumprimentou os presentes e disse ser sua preocupação e dos flavienses, o rumo do Ensino Superior em Chaves, em particular do Pólo de Chaves da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

“A este propósito importa lembrar o percurso sinuoso e débil deste Pólo e dos interesses associados à sua manutenção e desenvolvimento em Chaves.

Oportunamente a Câmara Municipal de Chaves, de gestão Socialista, doou a Quinta dos Montalvões sita em Outeiro Seco, à UTAD, para ali instalar definitivamente o Pólo de Chaves, perspectivando-se de, finalmente, este Concelho assumir um papel preponderante ao nível do Ensino Superior na região. Posteriormente a UTAD procedeu à elaboração do projecto, mas a obra foi sucessivamente, ao longo de vários anos, inscrita em PIDAC com verbas residuais, nunca tendo sido assumida como prioridade.

Em 2001, depois de ultrapassados os sucessivos problemas do projecto e de a Autarquia Socialista ter assumido os custos da sua conclusão, o Governo autorizou o



lançamento do concurso público para a sua construção. A Universidade tarda em adjudicar a obra, alegando a necessidade de proceder a um reforço de verba e volta a haver adiamento. No espaço de três meses realizaram-se eleições autárquicas e legislativas, e a obra foi adjudicada, tendo o Governo do PPD/PSD retirado as dotações e anulado o concurso.

Entretanto decorria o processo de construção das novas instalações da Escola Superior de Enfermagem e esperava-se o seu crescimento através da implementação de novos cursos na área da saúde. O PSD, em vésperas de eleições, anunciou a integração do Pólo na referida Escola, mas nada se concretizou. Recentemente, perspectivou-se o encerramento do Pólo de Chaves da UTAD, mas no dia 18 deste mês de Junho, o Senado decidiu manter em funcionamento o Pólo de Chaves, passando para as instalações da Escola Superior de Enfermagem.

Esta breve retrospectiva permite compreender e reflectir sobre o percurso do Pólo e salientar posturas diferenciadas na definição de prioridades, estratégias, interesses e investimentos.

O Partido Socialista esteve sempre ao lado dos interesses flavienses, procurando fomentar o Ensino Superior, facilitar o seu desenvolvimento e manutenção, inclusive, através de disponibilização financeira. Este mês, o Governo da Nação, do Partido Socialista conseguiu influenciar a negociação da subsistência do Pólo da UTAD em Chaves. Contrariamente com a gestão camarária PPD/PSD nada se ganhou, tudo se vai perdendo. Perdem-se cursos, alunos e autonomia. Os pais dos estudantes dirigem-se à Academia, preocupados com o seu anunciado fecho, por incapacidade da Autarquia. Valeu mais uma vez a mão do Governo do PS para segurar o que era dado como certo e continuamos com dúvidas em relação ao empenho da Autarquia no concernente ao investimento no Ensino Superior no Concelho de Chaves.

O que foi feito ao prometido Tecno-Polo? onde fica a Escola Superior de Saúde? Que esforços foram efectuados pelo executivo para a manutenção do Pólo da UTAD em Chaves? Que visão estratégica tem este executivo para o Ensino Superior em Chaves? Que investimentos financeiros foram ou estão a ser feitos? Exige-se definitivamente um rumo sério, claro e transparente para esta área. Basta de argumentos, justificações e oportunismo em relação ao esforço de outros. Assumam-se as inconsequências e proponham-se soluções.

A possibilidade de uma Escola Superior de Saúde em Chaves, capaz de integrar a globalidade dos cursos associados à área da Saúde parece uma solução possível, plausível e provavelmente a que mais beneficiaria o Concelho”.

Terminou dizendo que o Partido Socialista requer e exige que o executivo afirme uma estratégia clara para o Ensino Superior em Chaves e que tudo fará no sentido de contribuir para o seu reforço.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – iniciou a sua intervenção referindo as notícias que ouviu sobre a legislação do trabalho, onde o Governo “encomendou” mais uma Comissão.

Por norma discutem-se aqui cenários catastróficos que depois não resultam tão maus como à partida parecem e por fim são considerados como vitórias. É o exemplo da UTAD - como vai continuar em Chaves – é uma vitória; com menos cursos, mas seria pior se fechasse.

A A24 chegou depois de 20 anos de atraso e eu oportunamente disse nesta Assembleia que esperava que houvesse algum pudor quando esta infra-estrutura estivesse a funcionar porque seria uma situação embaraçosa para todos – PSD e PS – tentar colher os louros pela sua conclusão.

A responsabilidade pelo Ensino Superior é do Governo e a UTAD é uma Universidade Pública. Quem ouve o Partido Socialista fica a pensar que a culpa é do



PSD e ao ouvir o PSD parece que a culpa é dos governos do Partido Socialista. O certo é que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tende cada vez mais a ser a Universidade da cidade de Vila Real, ameaçando inclusivamente o fecho do único Pólo extra – Distrito, acabando por mantê-lo, mas reduzido.

Concordamos que as acessibilidades são um ponto importantíssimo e, como em tudo na vida, também concordaremos que há momentos decisivos e que a sua não existência marca um trajecto. Recentemente o Senhor Ministro das Obras Públicas proferiu duas frases infelizes – uma sobre o deserto e outra muito mais infeliz sobre o homem que tinha um cancro nos pulmões, que para mim foi sinistra e é preocupante que haja Ministros a fazer declarações deste género. A analogia é que quando há uma doença há tratamentos numa determinada fase e depois, por melhor que seja a medicação, por mais caro que seja o tratamento, muitas vezes tem-se a sensação que se perdeu a oportunidade decisiva. No meu entender essa é uma questão que envolve todas as regiões do interior e também esta. A CDU tem defendido que, mais do que medidas avulso, que até podem ser positivas, é necessário um plano global. Depois do tão falado e quase esquecido choque tecnológico do Governo, nós precisamos de um choque de desenvolvimento, como foi, por exemplo, o Plano “Marshal” depois da II Guerra Mundial, dirigido às regiões do interior; uma mensagem global do estado, do país e dos portugueses para viabilizar o interior, num plano global e coordenado, não com medidas avulsas. É evidente que a A24 é positiva e ninguém pode negar esse facto.

Macedo de Cavaleiros fez um debate público, que nós já propusemos, que envolveria os deputados da nação, sobre o QREN. Na última sessão da Assembleia Municipal lançamos esse desafio e foi aprovada uma “Moção” sobre o assunto. Da mesma maneira que neste local, na famosa reunião do «123» com as Associações e sociedade civil, sobre o encerramento das urgências, se falou na conveniência de fazer uma reunião de autarcas do Alto Tâmega, para relançar a questão global em todas as vertentes do desenvolvimento, que relembro.

A situação da Unidade Hospitalar de Chaves está longe de estar resolvida. O que prevemos para o HDC aconteceu já na unidade hospitalar de Mirandela – a incapacidade de manter a urgência médico-cirúrgica em funcionamento da meia-noite às 08,00h.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que não era sua intenção fazer qualquer intervenção neste período da ordem do dia, mas que não podia deixar de responder à intervenção feita pela Senhora deputada do Partido Socialista Gisela Espírito Santo.

Há semelhança do que já afirmei nesta Câmara, noutras situações, o Partido Social - Democrata não tem qualquer problema em medir contas sobre a matéria do Ensino Superior em Chaves, com o Partido Socialista. Isso já ficou claro por diversas vezes. Ao falar na história, a verdadeira pode agradar a uns e desagradar a outros, mas história é história.

Não foi só a Câmara do Partido Socialista que trouxe para Chaves a Escola de Enfermagem; foram as Autarquias do Alto Tâmega – PSD e PS – e as Santas Casas de Misericórdia. Dizer que só a Câmara de Chaves é que é responsável pelo aparecimento da Escola Superior de Enfermagem é, em nosso entender, falso.

Quando se fala no Pólo da UTAD, todos sabemos que, por proposta da Câmara Municipal de Chaves, de executivo socialista, foi decidido não doar o terreno da Quinta dos Montalvões, mas sim a cedência por um período de dez anos e, nessa altura, o então deputado do PSD e hoje Presidente da Câmara - Dr. João Batista – em nome do PSD propôs que essa cedência fosse de apenas cinco anos, mas a maioria socialista aprovou a proposta do executivo, ou seja dez anos. Aí já se pode



ver a intenção que a Câmara socialista poderia ou não ter relativamente à construção do Pólo.

Falar-se das verbas inscritas no PIDAC, então aí é que a questão é totalmente falaciosa. Toda a gente sabe que o PIDAC é apenas um instrumento e se reparamos nos PIDAC apresentados pelos Governos do Partido Socialista, verificamos que no ano em que se poderia fazer a obra, os valores eram sempre inferiores aos que eram prometidos, sucessivamente, para anos seguintes, chegando a aparecer um valor de 50 mil euros que não dava sequer para fazer as terraplanagens.

Mas o que é ainda mais estranho é um membro desta Assembleia – deputada do Partido Socialista – proferir a seguinte expressão «o Governo do Partido Socialista influenciou a negociação». Então para quem tanto fala de transparência, gostaria que a Senhora deputada me esclarecesse, claramente, em que medida o Governo do Partido Socialista influenciou essa negociação.

Fazendo história, quando foi encerrado o Magistério Primário, para trazer para Chaves o Pólo da UTAD, a Câmara era de gestão PSD; quando em 1989, a Universidade Internacional se instalou em Chaves, a Câmara era Social – Democrata; quando o Instituto Superior Politécnico Internacional com o curso de Secretariado veio para Chaves, a Câmara era Social – Democrata e quer a Universidade Internacional, quer o Instituto Superior Politécnico foram encerrados pela Câmara de gestão Socialista. O Partido Socialista, durante os tempos em que esteve à frente dos destinos da Autarquia apresentou, pomposamente, a maqueta para as instalações da Escola Superior de Enfermagem, mas foi o Partido Social - Democrata, que em 2001 ganhou as eleições e durante esse mandato construiu instalações dignas, que estão à vista de toda a gente e não apenas em maqueta. É caso para dizer uma vez mais que o Partido Socialista prometeu, os flavienses sonharam, mas a obra só nasceu com o PSD à frente dos destinos da Câmara.

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – disse que há pessoas que vêm um argueiro nos olhos dos outros mas que não enxergam uma trave nos seus.

“Tudo é muito bonito quando se trata do bota abaixo ou de atitudes de outrem, mas quando nos toca pela pele diz-se que se respeitam decisões, que se cumpre a lei, que devemos ser humanos, que todos devemos ser iguais perante a lei, que as decisões são para se cumprir, que não devemos perseguir ninguém em função das suas convicções políticas, religiosas, de credos ou outros.

Já que estamos em maré de solidariedades quero prestar a minha solidariedade ao professor Amílcar Teixeira da Cruz que se encontra numa situação que me abstenho de comentar. Não violarei qualquer segredo de justiça, ou profissional porque o processo está findo e ao alcance de todos, tendo em minha mão as peças que poderei fornecer.

O professor Eduardo, da Escola Superior de Enfermagem, está há cerca de 5 anos numa situação deveras curiosa como passo a explicar: Em 9 de Outubro de 2000, foi admitido como docente na Escola Superior de Enfermagem; em Setembro de 2002 o Presidente da APEC – que é o Senhor Presidente da Câmara - remeteu-lhe uma carta de despedimento. Como se sabe a Escola Superior de Enfermagem é dirigida por esta APEC em que a Câmara Municipal de Chaves é a principal promotora. De imediato o professor Eduardo interpôs providência cautelar no Tribunal de Trabalho de Vila Real que decidiu a seu favor em 30 de Outubro de 2003. Decorreu a acção principal no Tribunal de Trabalho em 9 de Março de 2005, cuja sentença foi mais uma vez favorável ao professor Eduardo, condenando a Escola a dar-lhe funções, efectivamente lectivas e a pagar-lhe em conformidade.

A Escola Superior de Enfermagem apresentou, legitimamente, recurso para o Tribunal da Relação do Porto, em 14 de Junho de 2005, argumentando que funções



lectivas, não são a mesma coisa que funções docentes. Entretanto o digníssimo Magistrado do Ministério Público da Relação do Porto emite parecer favorável ao professor Eduardo, dando indicações que a sentença que condenou as rés – Escola Superior de Enfermagem e APEC – deveria ser confirmada na íntegra pelo Tribunal da Relação. Em 7 de Julho de 2005, o Presidente da APEC, em carta registada com aviso de recepção informa que foi extinto o posto de trabalho. Em 26 de Junho de 2006 o Tribunal da Relação do Porto confirma a condenação das rés negando provimento ao recurso, confirmando a sentença recorrida a favor do professor Eduardo e condenando a Escola a dar ao docente funções lectivas.

O que se precisa mais para cumprir a decisão? Onde está a obediência às leis e às decisões dos Tribunais? Onde está a obediência democrática às decisões democráticas?

É legítimo o recurso aos tribunais do professor Eduardo, da mesma forma que é legítima a não concordância das rés – Escola e APEC - com a sentença proferida. Igualmente legítimo é o facto de, não se conformando com a mesma sentença, as rés recorrerem a uma instância superior, mas consumada esta e mantendo-se a sentença recorrida, já não é legítimo porque, neste caso estão esgotados os meios de decisão.

Independentemente do que o professor Eduardo tenha feito ou não para ser despedido, independentemente das razões das rés, o certo é que os Tribunais coincidiram e deram a razão ao professor Eduardo. De que se está à espera? Não vejo outro motivo razoável, racional e legal, que possa justificar a atitude das rés, ao não obedecer às decisões de uma instância superior; mantendo o Professor isolado numa Biblioteca, à espera que as rés cumpram o que os Tribunais decidiram que deve ser cumprido”.

Terminou a sua intervenção dizendo que se recusa a classificar esta atitude de perseguição, como se recusa a chamar de perseguição ao que aconteceu ao Senhor Dr. Fernando Charrua; neste caso chamaria traição, facada nas costas, excesso de zelo, falta de noção das medidas, falta de sentido de humor. O Professor Eduardo em cinco anos sofreu, lutou, gastou dinheiro, obteve uma grande vitória moral, mas nada se alterou e as rés estão já com novo processo de execução de sentença.

ANTÓNIO MANUEL CARVALHO S. MOTA do PSD – referiu a intervenção da Senhora deputada Paula Barros, no que respeita ao Turismo.

A A24 e a A7 são, efectivamente, uma mais valia para nós; o Casino não seria construído em Chaves se não existissem essas vias e não se devem somente ao Partido Socialista, mas sim aos vários Governos da Nação, entre os quais o do Partido Socialista.

O Partido Socialista é culpado de muitas coisa boas, mas também é culpado de outras menos boas, nomeadamente os projectos de sinalética turística; os únicos que foram aprovados desde que o Senhor Dr. Bernardo Trindade é o Secretário de Estado do Turismo foram para o Algarve e para Lisboa – os demais ficaram no caminho. O Programa de intervenções no Turismo que tem a ver com verbas para requalificação de espaços públicos e de obras de interesse público, que foi publicado há muito pouco tempo, para o Norte, onde nós nos incluímos, apenas cobre os territórios da NUT III Douro e inclui, não se sabe bem porquê, os Municípios de Baião e de Resende.

A ASAE é também uma criação do Partido Socialista e, no meu entender, esta entidade tem sido mais policia do que pedagógica no que são os “actores” do mercado.

Com muitas coisas boas que o Partido Socialista tem feito, como outros partidos fizeram em termos de turismo, o que esperamos é que os Governos da Nação façam,



sejam de que partidos forem, porque é para isso que votamos neles; também há coisas que nos penalizaram, nomeadamente esses dois exemplos que referi.

Em relação à UTAD, guerras à parte, o que necessitamos é Ensino Superior de qualidade em Chaves e eu espero que a mão do Governo PS, nunca seja a mão que empunha a faca.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS - cumprimentou os presentes e disse que o Senhor Presidente da Câmara, enquanto responsável pela gestão urbanística do Concelho de Chaves, conhece bem a obrigação legal que a Autarquia tem de construir uma cidade e um Concelho equilibrados nas funções a distribuir pelo território.

Em qualquer operação de urbanização os respectivos promotores, sejam públicos ou privados têm obrigação e a Câmara o dever, de fazer cumprir as regras urbanísticas, de cederem áreas para espaços verdes, equipamentos, infraestruturas e espaços de utilização colectiva. A cidade de Chaves é deficitária em espaços públicos de utilização colectiva, designadamente na parte desportiva, mas também de parques infantis.

Gostaríamos que informasse esta Assembleia se o executivo a que preside, em decisão apoiada no seu voto e nos votos dos vereadores do PSD, deliberou, no mandato em curso, doar ao Grupo Desportivo de Chaves, um lote de terreno para construção, quando sabia, ou não devia desconhecer que o mesmo estava destinado a um Parque Infantil. Confirma, ou não que esse lote de terreno, situado no Alto da Trindade, em Chaves, não era à data da deliberação, propriedade do Município? Informe ainda esta Assembleia se já se comprometeu formal, ou informalmente, perante o Grupo Desportivo de Chaves e o privado interessado na sua aquisição, alterar o uso desse lote, deixando de estar afecto a Parque Infantil para se destinar a construção urbana, desviando-o da afectação constante na operação de loteamento. Será este o caminho que uma Autarquia isenta e responsável deverá percorrer no relacionamento transparente com o mundo do futebol? Com este exemplo o executivo passa para a sociedade civil uma imagem de seriedade e competência?

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – disse que há nove meses atrás o Partido Socialista apresentou na Assembleia Municipal uma “Moção” sobre a questão da Toponímia que foi aprovada por unanimidade. Perguntou se a Câmara Municipal tomou em conta a referida proposta e quais as medidas e acções implementadas para a colocar em prática.

Relativamente à toponímia de Lamadarcos o Senhor Presidente da Junta em Novembro de 2006 entregou o projecto, apresentou um pedido de aquisição de placas e até à data não teve qualquer tipo de resposta; perguntou para quando a sua aprovação e aquisição das placas.

Perguntou ainda ao Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento daquilo que se está a passar na Junta de Freguesia de Moreiras e se o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia lhe comunicou que desde Dezembro de 2006 a Junta não tem Secretário.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – pediu a palavra ao abrigo do direito de resposta, porque houve questões que foram levantadas e as quais pretendeu esclarecer.

Relativamente à intervenção do Senhor deputado João Miranda Rua revejo-me em parte dela, mas gostava que tivesse lembrado, de uma forma mais empenhada que, o Governo do Partido Socialista mantém o incentivo fiscal às empresas que se localizem nas zonas de área de abrangência, consideradas do interior. Não podemos esquecer que foi a Senhora Ministra do PSD – Manuel Ferreira Leite – que pôs em



causa este princípio e que insistiu em deixar cair este incentivo fiscal. Valeu na altura a intervenção da Assembleia da República para que isso não acontecesse e, neste momento, este incentivo fiscal, independentemente das dificuldades financeiras com que o País se debate, mantêm-se.

No que respeita à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, entendo que é um dos assuntos que, independentemente de bandeiras político-partidárias, os flavienses devem estar unidos e reivindicarem aquilo que deve ser o Ensino Superior Público de qualidade em Chaves. O Senhor deputado Nelson Montalvão referiu, com alguma determinação, o empenhamento das autarquias do PS e PSD mas esclareço que não foi por via do Partido Socialista de Chaves que foi levantada a questão da falta de interesse da actual Autarquia em relação à UTAD. Foi o Senhor Reitor da Instituição que o fez publicamente. Isto não é uma guerrilha político-partidária. Mas também é legítimo mencionar que foi o Governo do Partido Socialista que teve esta intervenção fundamental no sentido de fosse dada uma nova oportunidade ao funcionamento do Pólo da UTAD em Chaves.

O Senhor deputado Matos Cunha referiu-se às acessibilidades. O Senhor deputado não pode levantar essa bandeira, porque não consegue ter uma influência directa sobre essa questão, mas devemos dar o seu a seu dono. Lembro que há um sistema de financiamento que torna possíveis alguns investimentos, porque se assim não fosse eles não seriam possíveis; as SCUT'S constituem uma verdadeira discriminação positiva de regiões do interior, foi um modelo de investimento que o Partido Socialista não deixou cair, que mantêm e graças ao qual temos essa infraestrutura fundamental para a nossa Região.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO – usou o direito de resposta para dizer à Senhora deputada Paula Barros que todas as suas intervenções são determinadas, embora por vezes possam não transparecer tanto.

Não fui eu que levantei alguma espécie de guerrilha entre câmaras PSD e PS. Essa questão tem sido sucessivamente levantada na imprensa por Vereadores do Partido Socialista e foi aqui pela Senhora deputada Gisela Espírito Santo, mas não é isso que está em causa. O que está em causa é falar a verdade e quando se faz história e se fala no que poderia ter encerrado – Pólo da UTAD – eu recuei um pouco mais no tempo e lembrei o que efectivamente encerrou na gestão das câmaras do PS. O que poderia ter encerrado com a câmara PSD ainda não encerrou.

Eu e o meu partido sempre defendemos o Ensino Superior em Chaves de qualidade, seja público ou privado; de preferência público, mas se este quiser sair, agora ou noutra altura, Chaves não deve ficar sem Ensino Superior. Defendemos isso no passado e no presente e fomos solidários com a Câmara Socialista, na manifestação promovida contra a extinção da Polícia Judiciária de Chaves e do eventual encerramento da UTAD. Então estivemos todos unidos, provámos no passado, como continuaremos a provar – aconteceu recentemente na questão das urgências – que o Partido Social - Democrata, independentemente da sua bandeira política sempre colocou e continuará a colocar os interesses dos flavienses acima da sua bandeira.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados neste período “Antes da Ordem do Dia”. As intervenções havidas incidiram, sobretudo, naquilo que o Governo fez ou não fez. Vamos falar da história com factos provados.

- A Senhora deputado **Paula Barros** referiu que temos um Governo que ajuda mesmo quando há falta de estratégia. É caso para perguntar. Será que o Governo ajudaria se, porventura não houvesse estratégia? A conclusão é simples. O Governo ajuda por que há estratégia e esse facto é reconhecido pelo Senhor Primeiro – Ministro, pelos membros do Governo e por quem preside às Instituições



dependentes do Poder Central. Esta é a realidade e para o provar basta perguntar aos cidadãos que nos visitam e aos de Chaves o que mudou desde 2002 para cá em determinadas zonas da cidade, nomeadamente no Centro Histórico, nas zonas envolventes dos Fortes de S. Francisco e de S. Neutel e outras que estão em vias de execução. Quem tem a visão da realidade são os que na hora certa tomam as devidas decisões. Antes deste executivo gerir o Município havia défice de obras, hoje já não o há e ninguém contesta esse facto; o que havia era falta de visibilidade do Concelho e hoje temos visibilidade, presença e afirmamo-nos no contexto regional e nacional. Se lerem o Jornal do Nordeste de hoje vêm os Autarcas dessa Região – Mirandela, Bragança e Vinhais – a dizer o que Chaves é hoje e o que tem. A Senhora deputada referiu as «profecias da desgraça» que falharam, o que é verdade. Havia as que “matavam” o Hospital, as que tiravam daqui a PSP, as que fechavam o Tribunal – nesta questão a proposta que existe é superior ao que temos actualmente; os serviços da Agricultura em Chaves passaram para Delegação de Trás-os-Montes, e o Parque Empresarial, contrariamente ao que se dizia, nesta altura está já ocupado em 50%, presumindo-se que até ao final do ano a percentagem de ocupação suba, com a mais valia das actividades que ali se vão desenvolver que tornarão esta Região atractiva, competitiva, capaz de gerar emprego e riqueza.

Não foi por falta de estratégia que o Programa Polis incluiu a mais a Ponte Pedonal, que não estava prevista no projecto inicial; não foi por falta de estratégia que o Governo vai apoiar a construção de várias obras. A verdade é que o Governo reconhece quem trabalha e luta pelo desenvolvimento da sua terra e os flavienses, nessa justa medida, também se sentem reconhecidos.

Para o nosso Concelho e para a nossa Região o verdadeiro motor do desenvolvimento é efectivamente o Turismo, que não se pode ver apenas pelos investimentos estratégicos que o Governo apoia como projectos de interesse nacional. O Turismo exige serviços de qualidade em várias áreas e nós vamos enveredar por desenvolver três fileiras fundamentais – Turismo, Logística e Actividades Agro-alimentares – estas últimas ligadas à certificação de produtos. Temos a promessa de apoio do Governo para a construção de um Laboratório de Qualidade para os produtos endógenos da região, devidamente certificados, poderem sair para o estrangeiro, através da Plataforma Logística e ter o seu circuito comercial programado e apoiado. Esta é a estratégia da Câmara de Chaves, reconhecida pelo Senhor Presidente da CCDRN e foi com esse reconhecimento que o Governo acedeu ao apoio à construção do Nó de Outeiro Seco, porque é da sua responsabilidade. No Programa do Portugal Logístico não há Plataforma Logística que não tenha incluído verbas para as suas acessibilidades. A única que as não tem é a de Chaves. Quando foi lançado o Portugal Logístico já a Plataforma Logística de Chaves estava pronta e o Governo veio aqui inaugurar a primeira das onze que estão incluídas no Programa. Também relativamente ao Nó de Outeiro Seco a Autarquia de Chaves se antecipou ao apresentar um projecto junto das Estradas de Portugal que foi reconhecido e apoiado pelo poder central porque é um projecto que concorre para o desenvolvimento desta terra.

A intervenção feita pela Senhora deputada Paula Barros, em defesa do programa e acção do Governo, em prol da nossa terra e da nossa região, é legítima, mas é necessário, dentro dessa legitimidade, incluir toda a verdade. E a verdade é que o Governo reconhece que a Câmara Municipal de Chaves tem estratégias que merecem apoio para a sua concretização. Chaves e o Alto Tâmega estão a contribuir para o desenvolvimento do País e é isso que o Governo reconhece.

- A Senhora deputada **Gisela Espírito Santo** referiu a questão da UTAD, mas os dados que apresentou são todos falíveis. E sobre isso eu pergunto: tendo neste



momento três cursos no Pólo de Chaves, se ficarmos com dois quantos alunos é que perdemos? São 26 num total de 577. E podemos vir a ter muitos mais alunos nestes dois cursos do que temos agora com os três se forem abertas mais vagas, porque são áreas com mais saída. Por vezes a ignorância atrevida pode induzir em erro. O curso de Turismo deste ano, com 45 vagas abertas tem 53 alunos no primeiro ano; o curso de Animação Sócio-Cultural, com 45 vagas abertas tem 48 alunos no primeiro ano; ao curso de Educadores de Infância, com 35 vagas abertas, concorreram apenas 13 alunos e hoje tem 16, mas vai até ao fim.

A Senhora deputada diz que o Partido Socialista é que é «amigo» do Ensino Superior, mas quem propôs que a UTAD fosse obrigada a fazer a obra no período de cinco anos aquando da doação da Quinta dos Montalvões foi o Partido Social Democrata, casualmente pela minha voz. O Partido Socialista não aceitou a proposta do PSD e deu-lhe dez anos.

A Senhora deputada disse que a Universidade tinha um projecto, o que não é verdade. Em nome da verdade, o projecto que existia era o que se destinava à Universidade Internacional. O Senhor Dr. Alexandre Chaves, ao sair daqui a Universidade Internacional, entregou esse projecto à UTAD. No meu entender o erro foi a UTAD ter aceite esse projecto, porque foi ele que encareceu a obra e não permitiu que fosse adjudicada. Mais tarde o Senhor Dr. Altamiro com o apoio dos Vereadores do PSD, nomeadamente o meu e o do Senhor Arquitecto Cabeleira, pagou mais dez mil contos para que esse projecto fosse reformulado. E aqui, Senhora deputada Gisela, é que é necessário, de uma vez por todas, assumir a verdade, porque no dia 8 de Julho de 2001, o Senhor Reitor assinou o concurso, e na publicação do Diário da República (Setembro de 2001) vem com uma dotação de 603 mil contos para a construção do Pólo da UTAD em Chaves. Em Novembro de 2001, foi decidido pelo Ministério não adjudicá-lo, sendo a Câmara e o Governo do PS, porque a proposta mais baixa apresentada para execução da obra era de 770 mil contos. Não foi o PSD que deixou de adjudicar a obra, mas sim o Partido Socialista.

A Senhora deputada deverá informar-se correctamente, porque com premissas erradas nunca se tiram conclusões certas. Esse é um princípio básico da filosofia.

É interessante que se venha aqui questionar uma decisão do Senado. Por em causa que um Senado Universitário tome uma decisão por influência seja de quem for é colocar em causa professores catedráticos e todas as entidades que dele fazem parte. O Senado tomou uma decisão unânime, porque entendeu que seria a melhor estratégia para a Universidade. O Senado não decide em função do que a Câmara Municipal de Chaves quer, mas sim em função de uma estratégia de Ensino Superior.

Recordo que a responsabilidade do Ensino Superior não é das Câmaras, mas sim do Governo e das Instituições responsáveis.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu-se à estratégia das candidaturas ao próximo Quadro de Referência Estratégica. O Município de Chaves tem um conjunto de documentos em validação, nomeadamente a Agenda 21 e outros documentos remetidos à CCDRN; na sessão da Assembleia Municipal do próximo mês de Setembro será distribuído pelos Senhores deputados um documento síntese da estratégia do Município de Chaves em relação ao novo QCA. São 36 as obras que constam desse documento. Apesar de na informação que foi distribuída aos Grupos Parlamentares estarem inscritas 141 obras – que foram adjudicadas a partir de 2003 – ainda há mais 36 que são muito importantes e necessárias. A reunião com os autarcas do Alto Tâmega não está esquecida, mas tem de ser devidamente programada.



A Unidade Hospitalar de Chaves foi tratada na última visita do Senhor Primeiro – Ministro a Chaves e ao Distrito. O Senhor Ministro foi taxativo em termos daquilo que entende como estrutura para o Distrito de Vila Real na área da Saúde: Urgência Polivalente em Vila Real, Urgência Médico-cirúrgica em Chaves, Urgência Básica em Montalegre e Urgência Básica em Lamego, que não fica no nosso Distrito, mas integra a Unidade Hospitalar. Os Centros de Saúde são para adaptar em função dos Serviços que se venham a tornar necessários. Aliás o Senhor Ministro disse que o Ministério da Saúde tudo fará para dotar a Unidade de Chaves com as condições necessárias ao cumprimento da sua função de Urgência Médico-cirúrgica e eu acredito que o Governo irá cumprir

- O Senhor deputado **Francisco Barros** veio, como paladino, defender alguém que se sente desconfortável no seu trabalho, mas é curioso que quando houve mudanças de Governo, havendo pessoas ligadas ao PSD que foram postas fora dos serviços, o Senhor nunca as defendeu. Isso não é solidariedade e muito menos justiça. O Senhor como advogado ponha a Escola de Enfermagem em Tribunal e assuma a defesa da pessoa em questão.

O Senhor Dr. Eduardo Cruz exerce funções na Escola de Enfermagem, mas a Câmara de Chaves não é responsável por isso. Há uma deliberação do Conselho Científico que diz que não há qualquer disciplina no curriculum da Escola em que as habilitações do Senhor Dr. Eduardo Cruz sejam compatíveis para poder dar aulas.

Eu pergunto ao Senhor deputado como é que um Estabelecimento de Ensino e sobretudo do Ensino Superior pode ter um professor que não tem habilitações para as disciplinas que ali se leccionam.

Quem tomou esta decisão não foi a Câmara de Chaves nem o seu Presidente, foi o Conselho Científico da Escola de Enfermagem, por isso não coloque o epíteto de perseguição no Presidente da Câmara ou na Câmara, nem a culpa onde não deve. Deve, no meu entender, colocar uma acção em nome do seu defendido contra o Conselho Científico da Escola de Enfermagem que tomou essa decisão.

A Escola que antes formava ao nível do bacharelato passou a licenciatura. E todos sabemos que quando um curso superior passa de bacharelato para licenciatura há transformações no curriculum. O Senhor Dr. Eduardo Cruz tem habilitações para leccionar português e no seu percurso na Escola de Enfermagem apenas deu a disciplina de Antropologia, que com a mudança de bacharelato para licenciatura desapareceu.

No Tribunal de Trabalho em Vila Real perante o Senhor Doutor Juiz, sempre disse que o Senhor Dr. Eduardo Cruz pode fazer carreira como Técnico Superior na Biblioteca da escola, onde vem exercendo funções. Esta é a realidade. E quantos jovens licenciados deste País, gostariam de ter a possibilidade de fazer uma carreira assim. No momento em que o Senhor Dr. Eduardo quiser aceitar essa carreira, não só será reposicionado, como terá direito às progressões previstas na Lei, mas se persistir em querer ser integrado como professor, a não ser que o Tribunal o imponha, o Conselho Científico não vai aceitar integrar um professor no corpo docente da Escola, para o qual não há trabalho.

É bom que esta Assembleia Municipal fique ciente desta situação e que não há qualquer perseguição.

- O Senhor deputado **Trindade Mendes** referiu-se a um loteamento que tem anos. Apresente as provas do que disse na Autarquia e os Serviços Jurídicos analisá-las-ão e tomar-se-ão medidas.

Relativamente aos Parques Infantis o maior e mais completo foi construído por esta Câmara Municipal e tem outro em construção. Os anteriores tiveram de ser



retirados porque não tinham condições de segurança e representavam perigo para as crianças.

- O Senhor deputado **Júlio Alves** referiu-se à Freguesia de Moreiras mas, como bem sabe, a gestão das Juntas de Freguesia não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Os Órgãos de tutela das Juntas de Freguesia são o Governo Civil e o respectivo Ministério.

Quando há alguma baixa nos respectivos Órgãos deve ser dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e desse para as Instâncias próprias, quando necessário. Não tenho conhecimento que haja qualquer ilegalidade na situação, uma vez que a Lei permite que um Órgão executivo funcione com maioria, o que é o caso de Moreiras.

Relativamente à toponímia, não só a de Lamadarcos como outras estão, para serem executadas em conjunto.

O Senhor deputado **JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS, no uso do direito de resposta pediu a palavra para dizer que na sua intervenção anterior, não fez qualquer afirmação, apenas fez perguntas.

O Senhor deputado **FRANCISCO PINTO DE BARROS** do PS, pediu a palavra no uso do direito de resposta para dizer que neste Fórum levanta as questões que entende, não como advogado, mas sim como deputado, mas que o chocam como advogado.

Há uma providência cautelar que dá razão ao Professor Eduardo; há uma acção de Primeira Instância que, independentemente do que o Senhor Presidente disse no Tribunal em Vila Real, deu razão ao Professor Eduardo; o Tribunal da Relação do Porto deu razão ao Professor Eduardo. O Senhor Presidente da Câmara diz que vai cumprir a decisão se for obrigado, eu pergunto de que é que está à espera, uma vez que as sentenças estão proferidas.

No meu entender haverá outras cadeiras que o Senhor Professor Eduardo poderia, eventualmente leccionar e, independentemente de trabalhar gratuitamente ou não, não considero de bom-tom o Senhor Presidente da Câmara dizer que poderia por uma acção em termos pessoais. Apenas me pronunciei sobre um caso.

A Senhora deputada **GISELA ESPIRITO SANTO** do PS – usou da palavra para clarificar que o Despacho de 15 de Novembro a que o Senhor Presidente da Câmara se referiu “ é do Partido Socialista e apenas confirma o valor da adjudicação da obra, e a obra posta a concurso apresenta um valor superior de cem mil contos, daquele que estava inscrito em PIDAC. Se o valor inscrito não permitia ou não correspondia ao valor que estava no projecto, havia duas possibilidades; se não havia dotação orçamental para poder construir a obra seria possível: ou reforçar a dotação orçamental, ou fazer uma alteração ao projecto. O Senhor Secretário de Estado Pedro Lince que fazia parte do Governo PPD/ PSD retirou totalmente a verba inscrita. Esta é a história real”.

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – usou do direito de resposta e entregou na Mesa um requerimento a pedir que seja apresentado ao Partido Socialista, no prazo de 30 dias um relatório sobre a questão da Toponímia.

Relativamente à Junta de Freguesia de Moreiras disse ter em seu poder documentos comprovativos da situação da Junta que deixa consultar. O que a Lei diz é que o Presidente da Assembleia de Freguesia comunica ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez comunica ao Governador Civil e este, caso



verifique que há irregularidades na Junta de Freguesia, convoca eleições antecipadas.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, leu o requerimento que o Partido Socialista apresentou à Mesa e que dizia o seguinte: “O Grupo Municipal do Partido Socialista vem solicitar a V. Exa. que lhe seja apresentado no prazo de 30 dias um relatório onde estejam descritas todas as medidas e acções implementadas pelo executivo municipal, no âmbito da aprovação por esta Assembleia da “Moção” «A Toponímia no Concelho de Chaves, que estado e que solução».

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE AGRAÇÕES, Eduardo Augusto Fraga da Cruz – pediu o uso da palavra, na qualidade de pai do Senhor Dr. Eduardo Cruz e em consequência das intervenções havidas anteriormente sobre este assunto.

Disse que o Senhor Dr. Eduardo Cruz tirou a licenciatura na Universidade Católica em Humanidades, que tem várias vertentes, desde Psicologia, Sociologia e um ano curricular de Antropologia e tem pós graduação na área de Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho.

Que não se pronunciava quanto ao Tribunal, porque nesse aspecto o assunto está decidido, mas que é caso único, porque já lá estiveram e estão outros professores a leccionar áreas semelhantes às dele e que não foram postos em causa.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, respondeu às questões que lhe foram colocadas, começando pela última.

- O senhor **Eduardo Augusto Fraga da Cruz** referiu a questão do seu filho mas é necessário esclarecer: **1.** Quando se conclui um curso, independentemente das disciplinas adquirem-se habilitações para leccionar uma determinada matéria – é isso que a lei determina. O caso concreto do Senhor Dr. Eduardo tem habilitações para dar Português, Latim e Grego, que nada tem a ver com as disciplinas obrigatórias no curriculum da Escola de Enfermagem. **2.** Hoje para ingressar no Ensino Superior é necessário ter o mestrado e para isso não basta uma pós-graduação ou a parte curricular; é necessário ter o grau de Mestre. O Sr. Dr. Eduardo Cruz não o tem.
- O Senhor deputado **Francisco Pinto de Barros** referiu as várias acções postas pelo Sr. Dr. Eduardo Cruz em Tribunal e as sentenças proferidas, mas não se referiu que a última providência cautelar foi ganha pela Escola Superior de Enfermagem. Neste momento a Escola tem os seus Órgãos a funcionar - o Conselho Científico, Conselho Pedagógico e o Corpo de Professores devidamente habilitado. Reitero o que disse anteriormente: o Sr. Dr. Eduardo Cruz não tem habilitações para leccionar na Escola mas tem aberta a carreira para Técnico Superior de Biblioteca e se não a quer aceitar é um problema que ultrapassa a Instituição.
- O Senhor deputado **Júlio Alves** voltou a referir a situação da Freguesia de Moreiras à qual já respondi anteriormente.
- A Senhor deputada **Gisela do Espírito Santo** referir-se novamente à questão do Pólo da UTAD mas não disse a verdade.
Em Novembro de 2001 o Governo era Socialista e continuou a ser até Março de 2002; em cinco meses teve muito tempo para tomar uma decisão. Em Julho de 2002, quando a obra saiu do PIDAC foi para não ter lá qualquer valor a enganar (com 50 mil euros não se fazia qualquer obra). A Senhora deputada citou bem a data, mas aconselho-a a ler os ofícios que nessa altura foram trocados entre a UTAD e o Governo. Independentemente disso o Governo do PS teve nessa altura cinco meses para lançar a obra e não o fez. Se tivesse tomado a decisão hoje a



obra estaria feita. O que não é justo é que depois de terem tido todo esse tempo para tomar decisões e não as tomarem, virem agora atirar com as responsabilidades para os outros.

Hoje as instalações da Escola de Enfermagem nada têm a ver com o projecto que estava definido. Custaram quase o dobro mas têm condições não só para a Escola de Enfermagem como para acolher alunos da UTAD e isso os Senhores deputados do Partido Socialista têm de o reconhecer. Alguém teve estratégia e visão suficiente para transformar um projecto que não servia os interesses propostos, num outro que serve e dá resposta.

- O Senhor deputado **José Trindade Mendes** fez um pedido ao qual os Serviços competentes darão resposta.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

ABRIL 2007

Dia 27 - Apresentação em Vila Real do dispositivo Distrital de Combate aos incêndios. Presença do Senhor Ministro da Administração Interna.

MAIO 2007

Dia 03 - Lisboa – Direcção Geral do Desenvolvimento Regional – Encerramento do actual QCA e perspectivas do QREN.

Dia 05 - Abertura em Chaves da Exposição da ANMP sobre os “30 anos do Poder Local”.

Dia 07 - Porto – CCDRN – INTERREG III A – Reforço do Apoio ao projecto da 3ª convocatória – Mercado do Gado .

Dia 09 - Recepção aos Adidos Militares creditados em Portugal.

Dia 10 - Reunião com a população de Vidago sobre as obras de Requalificação da EN2.

Dia 14 - Presença na reunião dos profissionais da Unidade Hospitalar de Chaves com o Senhor Presidente da ARS Norte e o Conselho de Administração do Centro Hospitalar .

Dia 17 – Visita a Chaves do Senhor Presidente, Senhor Vice - Presidente e Técnicos da CCDRN – Nó de Outeiro Seco, Euro cidade, Laboratório e Logística.

Dia 21 -Reunião com o Núcleo de Qualidade do Município tendo em vista a certificação de Serviços da Câmara.

Dia 24 – Colóquio em Chaves sobre a defesa da floresta promovido pelo Governador Civil e CDOS.

Dia 26 - Abertura da Flávia Criativa.

Dia 29 - Protocolo com a REFER para Gestão do Museu do Comboio.

Dia 30 - Reunião nas Estradas de Portugal – Apresentação do Projecto de Execução do Nó de Outeiro Seco.

JUNHO 2007

Dia 05 – Reunião de trabalho na UTAD sobre o PROT - TM.

Dia 06 – V Fórum Infra-estruturas do Diário Económico. Apresentação da Plataforma Logística de Chaves.

Dia 12 - Estradas de Portugal – PORTO – Candidatura ao ON do Nó de Outeiro Seco.

Dias 15 e 16 - Congresso da ANMP. Debate centrado na transferência para as Autarquias de mais competências na área da Educação, Acção Social, Saúde e Ordenamento do Território.

Dia 18 - Senado da UTAD. Decisão unânime de manutenção dos Cursos em Chaves, deslocação para as instalações da Escola Superior de Enfermagem e



possibilidade de parcerias para acções conjuntas de consolidação e desenvolvimento do Ensino Superior na Região.

Dia 19 – Abertura em Chaves da Jornada Europeia sobre Higiene e Segurança no Trabalho;

Apresentação em Vidago do Projecto de Requalificação do Parque pela UNICER.

Dia 20 - Reunião em Chaves da Comissão Delegada do Ambiente do Eixo Atlântico.
Agenda 21 Local.

Dia 23 – Visita do Senhor Primeiro - Ministro.

Dia 24 - Abertura do último lanço da A 24.
Dia do Idoso.

INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 22 DE JUNHO DE 2007.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2- Dotação Actual do PPI.....23.787.055,68€
Dotação Cabimentada22.853.699,80€
Taxa de Execução Física do PPI**96,07%**

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento 49.816.668,55€
Dotação Cabimentada 38.201.147,56€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa **76,68%**

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....49.816.668,55€
Receita Liquidada 14.816.240,18€
Grau de Execução do Orçamento da Receita..... **29,74%**

3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2006.11.24	15.441.126,97€
2007.02.26	16.603.560,09€
2007.04.19	17.150.777,39€
2007.06.22	17.062.653,54€

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2006.11.24	17.682.492,47€
2007.02.26	17.756.428,61€
2007.04.19	17.440.638,10€
2007.06.22	17.269.143,66€



RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – perguntou se está projectada a requalificação da zona do Rivelas e se o projecto da Ciclovía está ou não a avançar. Referiu-se ao Hospital de Chaves para dizer que houve uma reunião aberta a todos os funcionários, na qual participou e não gostou do que ali foi dito.

Disse que não é cobarde mas se ser cobarde é defender a sua cidade e a sua Região, então podem chamar-lho. Bater e fugir nunca foi o seu estilo. “ Se o Senhor Governador Civil tem algum problema pessoal comigo que o esclareça sem mandar recados por terceiros”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o Rivelas tem um projecto de execução para a recuperação das margens, incluído no programa Polis. O que significa que a Câmara Municipal fica dotada de um instrumento para requalificar as margens do Rivelas, aguardando a possibilidade de financiamento para a sua execução.

O processo da Ciclovía está em fase de adjudicação, faltando apenas duas declarações de interesse público; foram solicitadas com urgência ao Senhor Ministro do Ambiente que já as despachou, e me prometeu que seriam publicadas na próxima semana, para seguimento do processo.

Informou ainda que nos dez meses de funcionamento da Biblioteca Municipal frequentaram aquele espaço 77.029 pessoas, o que mostra a importância daquela infra-estrutura para Chaves.

PONTO 2. PRIMEIRA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2007. INFORMAÇÃO Nº. 03/DGFEP/07;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que a Proposta em análise se prende com a introdução do saldo da gerência anterior num total de 1.584.600,85 euros para reforço de várias rubricas, nomeadamente: Recolha de Resíduos Sólidos Indiferenciados; Tratamento e Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos; Remunerações Certas e Permanentes (desconto para a Segurança Social de 3% a incidir nos concursos que estão a ser abertos para Contrato Individual de Trabalho), de acordo com a alteração ao Quadro oportunamente aprovado; promoções e nomeações de chefias; homologação do Mercado de Gado; obras do Nó de Outeiro Seco; Ponte Pedonal e arranjo do topo da Muralha.

Não estamos a falar aqui apenas de projectos ou maquetas, mas sim de obras reais e essas é que ficam para sempre.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – depois de cumprimentar os presentes pediu ao Senhor Presidente da Autarquia que o esclarecesse se poderão tirar a ilação inequívoca de que este Governo da República, suportado pelo Partido Socialista, tem apoiado “inequivocamente” o desenvolvimento do Concelho de Chaves.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado que a Proposta em discussão não tem nada a ver com a pergunta que fez.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 73 votos a favor, 4 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECOLHA DE RSU, FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO E LAVAGEM DE CONTENTORES. ADJUDICAÇÃO. AJUSTE DIRECTO. 04/SA/2007;



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que o contrato que tinha sido assinado há cinco anos atrás, entre o Município de Chaves e a RESAT, para recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, fornecimento e manutenção de contentores, chegou ao fim pelo que vem novo contrato com a mesma entidade, para o mesmo efeito, mas com valores actualizados.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 - ALIENAÇÃO, MEDIANTE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO, DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITUADOS NA FONTE DO LEITE, E DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJECTO URBANÍSTICO, O QUAL DEVERA CONTEMPLAR UMA ZONA COMERCIAL E UM CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES. DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA Nº. 53/GAPV/07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou este executivo camarário tem prosseguido uma política urbana, em articulação com o mercado, com a comunidade viabilizadora da construção de uma cidade inovadora, com conciliação operativa entre a fixação de infraestruturas empresariais criadoras de riqueza e de talentos humanos. A cidade deverá ser um agente dinamizador dos vários actores envolvidos no desenvolvimento do seu território – autarquia, mercado, comunidade e as redes existentes - que para um desenvolvimento sustentável necessita da existência de um ambiente atractivo e favorável. Nessa perspectiva há a necessidade de dotar o concelho e particularmente a cidade de um espaço comercial de referência e de um Centro Coordenador de Transportes.

Informalmente tem vindo junto da autarquia alguns operadores económicos manifestar interesse em instalar no concelho espaços comerciais, na zona da Fonte do Leite.

Conforme está materializando no texto do documento em análise, as propostas a serem apresentadas pelos concorrentes, devem ser devidamente enquadradas, com uma matriz individualizada e capaz de distinguir aqueles que apresentarem melhores projectos.

Quando se diz, “eventualmente há um fato à medida”, a primeira coisa que se põe em causa é a honestidade e a isenção do júri, que é composto por Técnicos da Câmara Municipal, que são funcionários antigos e não foram nomeados por este executivo, os quais vão avaliar as propostas de acordo com essa matriz e que eu reputo de honestos e competentes. Sem ferir a honra de ninguém, quem faz a afirmação tem de dizer para quem é o fato e de que cor é, sob pena, de mais uma vez, se fazerem afirmações levianas que não têm justificação e que apenas são ditas por razões obscuras.

Para discussão deste assunto usaram da palavra os seguintes deputados:

JOÃO MARIA DA SILVA PEREIRA, do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que em coerência e concordância com as razões de facto e de direito invocadas na Proposta em análise o seu Partido congratula-se com a apresentação deste documento que visa, essencialmente, dotar o concelho de duas infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento.

Numa altura em o Governo PS se prepara para legislar no sentido de liberalizar completamente, tanto o licenciamento como os horários de funcionamento do comércio, sejam pequenas unidades ou grandes superfícies comerciais, é de louvar a



antecipação deste executivo, que perante a legislação ainda em vigor, pode regular e tirar mais valias da sua localização.

Não é com enorme satisfação que o Partido Social - Democrata local vê a instalação das grandes superfícies em Chaves mas, face à constante alteração de hábitos dos consumidores, torna-se inevitável a sua instalação. O desenvolvimento, o progresso e as alterações comportamentais sempre foram feitos à custa de classes sociais que não se souberam adaptar e é do conhecimento de todos o êxodo de consumidores para unidades desta natureza, localizadas fora do concelho (Vila Real e Espanha). Se estas unidades a sedear vierem contribuir não só para o estancamento mas ainda para o aumento dos consumidores locais, bem como para a criação de postos de trabalho, o comércio tradicional não tem de se lamentar, mas sim reinventar-se. Por essa razão e ainda porque somos um Partido que acompanha a mudança vamos votar favoravelmente esta Proposta.

Também em conformidade com as mais elementares regras da vivência democrática que este país contempla, o PSD local e todos os que o representam sentem-se ofendidos na sua honra e dignidade com a declaração de voto apresentada para este ponto pelos Vereadores do Partido Socialista.

O facto de o executivo achar que a autarquia poderá angariar receitas extraordinárias, indispensáveis ao financiamento público, quer do Centro Coordenador de Transportes, quer do futuro Parque Desportivo de Chaves, de ter optado por uma localização para as referidas infraestruturas, seguindo uma orientação de mercado – todos os operadores manifestaram interesse nesta localização – os Senhores Vereadores do Partido Socialista acham-se no direito de levantar suspeição e invocar argumentos sem qualquer fundamento.

A alienação tem como critério de adjudicação a proposta economicamente mais vantajosa, tendo como factores de apreciação o preço (40%), a valia técnica da proposta (50%) e o prazo de execução do projecto urbanístico (10%), o que não coloca quaisquer dúvidas quanto à seriedade do processo; mas como isso não bastasse a Comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento público de alienação é composta só e apenas por Técnicos funcionários do Município, de quem nunca até esta data ninguém pôs em causa a sua conduta, mas de quem os Vereadores do PS vêm também, agora, levantar suspeição.

Pelas razões expostas o Partido Social Democrata exige nesta Câmara, que é o Órgão fiscalizador da gestão municipal, que os Vereadores do Partido Socialista expliquem o que queriam dizer com a expressão “facto ou fato à medida”, a quem se destina o fato, ou mesmo quem fez o fato? Já em sessões passadas deste Órgão, durante o presente mandato, a propósito de expressões utilizadas, que não visavam atingir quem quer que fosse, ou levantar qualquer suspeição, os Senhores exigiram que as pessoas do PSD se retratassem das afirmações – o que veio a acontecer. “Não aceitamos de ânimo leve e sem qualquer motivo que os Vereadores do PS deixem ficar perante os flavienses um clima de suspeição e de difamação dos eleitos do PSD e como tal exigimos um pedido de desculpas. Os senhores podem ter formas diferentes de ver as coisas ou até mesmo de as fazer e nós podemos até nem sempre estar certos em algumas coisas que fazemos, mas o que os Senhores não são mais sérios que qualquer um dos eleitos do PSD e por essa razão exigimos um pedido de desculpas”.

HIGINO DOMINGOS FERREIRA DA SILVA do PSD – disse que é natural que o dono do imóvel faça o que entender por conveniente com a sua propriedade. Assim é legítimo a Câmara Municipal alienar as parcelas de terreno onde se situa o Campo da Associação Desportiva Flaviense, na Fonte do Leite.



O Campo da Fonte do Leite foi cedido à ADF - Associação Desportiva Flaviense, através de Protocolo, por um período de 50 anos. Em função disso a Associação efectuou, nos últimos anos uma série de melhorias nas instalações, desde a vedação à bancada central, implantação de gabinetes e outros serviços. Todas essas obras embora executadas pela Associação, com bastante sacrifício, pertencem à Câmara Municipal, para as quais sempre foi dando alguma ajuda económica.

É necessário dar os parabéns a todos quantos serviram o “Flaviense”, sejam Directores, Presidentes e Atletas, com especial referência à dedicação, ao carinho e à longa permanência do Senhor MANUEL PIRES MADUREIRA como Presidente da ADF.

Confio que o Executivo Municipal compensará a ADF com um espaço de qualidade no novo Parque Desportivo e é chegado o momento de a Câmara Municipal de Chaves passar a tratar em paridade a ADF e o GDC; os dois são clubes formadores que se igualam.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre a forma de alienação das parcelas em causa.

Perguntou ao Senhor Vereador Luís Areias Fontes o que quis dizer na declaração de voto quando escreveu “suspeito estarmos eventualmente em face de um facto por medida”. O termo facto é relativo a uma ocorrência verificada neste processo? Se for agradeço que me explique. Ou é um fato feito por medida? Esse fato destina-se ao Senhor Presidente da Câmara, a algum dos Vereadores do PSD, ou será para algum dos três elementos da Comissão de Avaliação?

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – usou da palavra para dizer que é com pena que vê espaços lúdicos, que envolvem desportivamente as crianças em actividades saudáveis, serem substituídos por aquilo que sempre chamou de catedrais do consumo.

O Senhor Presidente da Câmara diz que é o progresso e estas superfícies também geram emprego e riqueza, mas apesar de compreender isso perfeitamente continuo a considerar que o mais importante que temos são os jovens e são eles os alicerces do futuro.

Realertou o Presidente da Câmara para o facto de que de em tempos se fizeram aquisições a “fiado” e de há uns tempos para cá “temos feito constantemente vendas, alienações a “pronto”. Quando compramos fiado e vendemos a pronto, temos o presente perfeitamente assegurado e sem dificuldades mas temos o futuro irremediavelmente comprometido”.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – referiu que esta sua intervenção, na sequência da primeira, não contém afirmações levianas, não levanta suspeições, não faz acusações – formula questões.

O Grupo Municipal do PS de Chaves, está solidário com o esforço político do executivo municipal de tentar criar políticas de atractividade aos agentes económicos, que permitam a fixação dos seus investimentos no Concelho, as quais poderão vir a ser um factor de valor acrescentado e, conexamente de fixação de população e de emprego.

O executivo municipal decidiu aprovar a construção nesta cidade, na zona da Fonte do Leite, onde é proprietário de duas parcelas de terreno, com a área total de 15.519m², de um espaço comercial e um Centro Coordenador de Transportes. Esses dois lotes estão actualmente afectos à Associação Desportiva Flaviense e estão classificados para construção. Face à intenção de alienação das parcelas supra citadas, o parque de jogos do Flaviense terá de ser deslocalizado para o futuro



Parque Urbano Desportivo, cuja localização está prevista para a Freguesia de Outeiro Seco.

O valor base de venda das duas parcelas conforme relatório de avaliação, será de 1.336. 336,00 euros, que será afectado ao financiamento da construção do Centro Coordenador de Transportes e do futuro Parque Desportivo Urbano, do Concelho.

O aproveitamento urbanístico do conjunto dos prédios será feito pelo futuro promotor/adjudicatário, que terá de entregar um estudo consubstanciado num plano de pormenor para aquela zona.

O Grupo Municipal do Partido Socialista depois de analisar atenta e exaustivamente a Proposta apresentada, solicita os seguintes esclarecimentos: **1** – Não seria uma acto visionário e de boa gestão do executivo tentar compatibilizar esta nova área comercial com um acessível e moderno espaço desportivo, com os campos de futebol que já existem, aliados a um BMX, parque para bicicletas, patins e skate, um parque para desportos radicais, mini-golf, um campo de paintball, pistas de atletismo etc.? Não seria preferível compatibilizar esses dois tipos de equipamentos, rentabilizando-os mutuamente, do que estar a deslocalizar – los? **2** – Porque motivo o Plano de Pormenor desta zona de intervenção urbanística, não foi efectuado pelos técnicos do próprio município, mas sim feito procedimento público de alienação? **3** – Se o Município tivesse previamente efectuado, como devia, o Plano de Pormenor para a zona de intervenção urbanística, a avaliação das parcelas e o encaixe financeiro com a sua venda não seria superior ao valor estipulado da avaliação? **4** – O executivo poderá afirmar, face aos estudos técnicos já efectuados, que a área total dos prédios 15.519 m² é suficiente para a implantação física do espaço comercial e das suas necessárias envolventes urbanísticas, bem como do Centro Coordenador de Transportes de Chaves?

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – João Carlos Alves Neves - disse não entender a posição do Partido Socialista quando os próprios estádios das Antas, o da Luz e o José Alvalade, foram demolidos para dar lugar a unidades desportivas mais modernas; os jovens vão ter acesso a esses novos complexos desportivos mais modernos e mais capazes. O actual estádio do Flaviense não tem o mínimo de condições. Vamos modernizar-nos, e como flavienses todos devemos ter amor à nossa terra. Deixem-se de politiquices. O “25 de Abril” deu-nos a liberdade e a democracia mas infelizmente não fez democratas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, ao abrigo do art. 24 do Regimento da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador **LUÍS AREIAS FONTES**, que fez a seguinte intervenção: “ Agradeço ao Senhor Presidente da Câmara a oportunidade que me dá em vir aqui justificar a tomada de posição dos Vereadores Socialistas relativamente a esta matéria. E lamento que a primeira vez que este assunto foi à Câmara tivesse sido para ser apresentada uma proposta à qual os Vereadores do PS tiveram acesso dois dias antes, para ser votada com toda a pressa. Este assunto, que envolve, talvez o investimento de mais milhões até hoje feito no Concelho de Chaves, merecia ter sido discutido em reuniões anteriores, de forma que fosse possível apresentar uma proposta melhor do que esta. O Senhor Presidente entendeu aqui, como noutros casos, prescindir das opiniões de três elementos da Câmara a que preside e, com isso, na minha opinião, retira qualidade a algumas das decisões que toma.

Sobre esta matéria e muito claramente os Vereadores do PS são favoráveis a que se deslocalizem equipamentos que ficam dentro da malha urbana para a periferia, o que é usual em todas as cidades que crescem, obtendo mais valias com o aproveitamento dos terrenos que são libertados. Senhor Presidente nós somos



favoráveis à deslocalização do Estádio Municipal, aos cortes de Ténis do Tabolado, do Campo de Flaviense e outros; somos também favoráveis, sem qualquer dúvida, à construção de um Centro Comercial em Chaves e que a Câmara defina a sua localização. São negócios da esfera privada e a Autarquia ao definir a localização está a interferir numa área que não é a sua e começa aqui o caminho perigoso. Somos também favoráveis a que a câmara aproveite a definição da localização do Centro Comercial à realização de um negócio vantajoso para a Autarquia.

Não tenho quaisquer dúvidas de que até aqui a Câmara trabalhou bem porque vai possibilitar que estes terrenos sejam vendidos por um bom preço e arranjou maneira de construir uma Central Coordenadora de Transportes que é um equipamento fundamental para o Concelho e de desbloquear algumas acessibilidades da zona.

Até aqui tudo muito bem mas, decidindo a Câmara interferir na esfera privada ao fixar a localização definitiva do Centro Comercial, tendo-se criado já dificuldades a que uma grande superfície se instalasse em Chaves, como pretendia, para guardar clientela de mercado para este Centro Comercial, tendo-se aproveitado para fazer um negócio vantajoso para a Autarquia com esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara tinha que lançar um concurso absolutamente transparente, o que não fez. Ao deixar a incumbência ao adjudicatário de alterar o loteamento e de ir ter com proprietários de outros lotes; deixar a incumbência ao adjudicatário de adquirir área junto, porque esta não chega – o Senhor vai dizer que vai depender da magnitude da proposta e da ambição do proponente, o que se verá a seu tempo. Um Centro Coordenador de Transportes, um Centro Comercial com dimensão economicamente vantajosa e as infraestruturas viárias que fazem falta, não cabem nestes terrenos; é essencial ao proponente adquirir terrenos privados adjacentes e se calhar alguns possíveis proponentes já o fizeram.

Senhor Presidente ao fazer depender que o adjudicatário apresente uma proposta de Plano de Pormenor para toda esta zona é tornar este concurso naquilo que não pode ser - porque é um investimento de mais milhões até hoje feito em Chaves - que é transferir para o adjudicatário que altere o loteamento, que compre terrenos de privados e que aprove um Plano de Pormenor. Era o Senhor que tinha de fazer isso tudo. Tinha de adquirir toda a área necessária à implementação deste projecto, tinha de aprovar o Plano de Pormenor, tinha de convencer os restantes proprietários dos lotes a alterar o loteamento e aí teria muitos possíveis adjudicatários a fazer propostas de aquisição destes terrenos; ganhava a Autarquia porque entre muitas propostas poderia escolher a que oferecesse mais dinheiro pelo terreno do Flaviense, ganhava porque de entre todas essas propostas podia escolher um projecto que poderia ser melhor do que o que eventualmente venha a ganhar e ao restringir desta forma o concurso, faz-nos lançar a expressão de estarmos, eventualmente, perante um fato feito por medida. É esta a justificação.

Quando temos um concurso aberto onde podemos ter muitas possíveis empresas a concorrer, temos um concurso transparente; quando afunilamos com prescrições urbanísticas como estas a alteração do loteamento, compra de terrenos privados e aprovação de um Plano de Pormenor temos o direito de suspeitar que possa haver futuros adjudicatários que tenham tido acesso a informação privilegiada para fazer negócios por antecipação. Por isso este não é um concurso transparente e daí o nosso voto contra”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse lamentar que o Senhor Vereador Luís Areias Fontes relativamente à expressão “fato feito à medida” não tenha dito absolutamente nada e era o que estava em causa.

O Senhor Vereador ao vir aqui fazer uma intervenção política, começou-a de uma forma conveniente, mas terminou-a da pior forma. Afinal não disse para quem é o fato



e por essa razão mantenho rigorosamente a mesma posição; o Senhor lançou uma suspeição, que não foi capaz de defender o que significa que foi uma suspeição infundada e leviana.

O que o Senhor Vereador pretendia era que a Autarquia tivesse poder expropriativo para depois vender em especulação – a isto o que se chamaria? A Câmara não tem poderes expropriativos sobre terrenos – que foi o que o Senhor Vereador veio aqui propor. O Senhor que já foi Vereador do Urbanismo, deveria saber que um Plano de Pormenor é aprovado na Câmara e na Assembleia Municipal e será o que vai acontecer a este. Com esse Plano de Pormenor o poder expropriativo que a Câmara tem é rigorosamente igual ao anterior, com uma vantagem – é que a Câmara aqui não vai poder ter mais valias. E aqui sim é que está a seriedade da situação. O Senhor Vereador queria enveredar por outro caminho que efectivamente permitia a especulação.

O que nós pretendemos é que as pessoas que concorrerem – como sabe já manifestaram interesse pelo menos sete concorrentes – apresentem um Plano de Pormenor que irá à Câmara e virá à Assembleia e aí os operadores dizem onde vão instalar o Centro Comercial.

A Autarquia não vai comprar um terreno ao lado do campo do Flaviense para depois vender mais caro, nesse sentido entendo que a Proposta em análise, contrariamente ao que o Senhor Vereador disse, é transparente, obedece aos princípios e regras urbanísticas em vigor e o executivo vai mantê-la exactamente nos mesmos termos. É uma Proposta séria, honesta, clara, transparente e o júri vai decidir, de acordo com os critérios de avaliação – que ninguém pôs em causa - com regras urbanísticas claras qual o operador melhor classificado, sem que a Câmara possa vir a ser acusada de estar a programar mais valias numa situação em que ela própria aprova o Plano de Pormenor.

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista querem transformar a Autarquia numa imobiliária?

Não posso deixar de mencionar que hoje existe um maior acesso à informação e a prática democrática é indubitavelmente superior ao que acontecia com os executivos socialistas.

O Senhor deputado **Trindade Mendes** referiu – se aos vários tipos de desportos e eu esclareço que no futuro Parque Urbano Desportivo, cujo projecto vai ser apresentado no final desta sessão, para além dos campos de futebol, dos campos de ténis em piso e de mesa e outros desportos, existe um espaço com a área de 30 hectares, onde cabem todas as modalidades que o Senhor mencionou.

Era ideia inicial do executivo juntar a parte comercial com a desportiva, mas o mercado é que o define e os estudos feitos dizem que a localização de um Centro Comercial com mais sucesso é na zona da Fonte do Leite, e dizem também que o local ideal para implantar o Parque Desportivo é onde está programado – zona de Outeiro Seco. A nossa primeira proposta era que o novo Centro Comercial fosse nas bancadas do novo Estádio mas não foi aceite porque os estudos de mercado disseram que era economicamente inviável. Neste momento não haveria compatibilização entre área comercial e a área desportiva, quem sabe no futuro isso venha a acontecer. Como o novo estádio não vai ser prioritário, a proposta do Parque Urbano Desportivo tem três fases; começará com os campos de relva sintética para permitir os jogos do Flaviense e os treinos do Grupo Desportivo de Chaves (o campo de treinos do GDC vai ser desactivado porque o novo Parque de Feiras e Exposições vai entrar em obra e vai necessitar daquele espaço para acesso). Até lá haverá toda uma evolução que pode demorar alguns anos e quem sabe nessa altura não haverá já essa compatibilização que referiu na sua intervenção, embora a outro nível.



O Senhor Vereador disse que a Câmara impediu a implementação de outra unidade comercial e foi claro ao dizer que uma unidade comercial desta natureza é hoje estratégica para a cidade, mas tem de ter uma loja âncora e se nós permitirmos a instalação de outra ela deixa de ser âncora; são decisões estratégicas que assumimos. Se o mercado disser que para além da loja âncora do Centro Comercial, a cidade pode ter viabilidade para mais duas ou três não haverá nada em contra.

O Senhor deputado perguntou porque colocámos na Proposta a obrigatoriedade de apresentar um Plano Urbanístico. É que um Plano apresentado por esta via é mais rápido e mais económico para a Autarquia.

Sobre a questão das especulações que colocou, como já disse, a Câmara não vai expropriar terrenos para depois vender em especulação. Quanto ao espaço do Centro Comercial cada proposta que entrar apresentará uma área de acordo com a vontade do operador e será apreciada na sua qualidade, pela respectiva Comissão.

O Senhor deputado **Anselmo José Martins** mencionou os jovens e é indubitável que no novo Parque Desportivo terão melhores condições do que têm actualmente no Flaviense.

Em relação a aquisições e alienações, este executivo ainda tem um balanço extremamente positivo e esta Assembleia Municipal é conhecedora do património que se adquire e do que se vende. Há imóveis que foram colocados à venda, mas enquanto não foram efectivamente vendidos continuam a ser da Autarquia.

Compreendo a intervenção do Senhor deputado Higinio Silva que tem uma dimensão sentimental.

Em 1991, na quinta anteriormente adquirida pelo Senhor Eng.º Branco Teixeira na Fonte do Leite, começou a ser construída a Escola Profissional, passando depois a construir-se o Centro de Saúde e o Quartel da GNR e nessa altura a Autarquia fez um loteamento para enquadrar estes equipamentos, onde registou o Campo de Flaviense e o morro ali existente como propriedade sua.

A Associação Desportiva Flaviense merece o nosso respeito - é uma Instituição nobre desta cidade - que iremos dotar de equipamentos necessários para o exercício da sua actividade.

DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – pediu esclarecimento sobre o facto de se verificar que a área não é suficiente e que haverá necessidade de adquirir mais parcelas. Se assim for os preços irão subir e a Câmara não irá fazer especulação imobiliária, mas dá azo a quem for proprietário naquela zona possa fazer especulação imobiliária (sem fazer qualquer acusação), supondo que possa vir a haver um conhecimento privilegiado de alguém. Estaremos atentos a quem vai vender aquelas parcelas e aos proprietários da zona envolvente.

Se houvesse um Plano de Pormenor definido, com área suficiente para fazer o empreendimento que vier a ser aprovado, não haveria azo a esta «nublosa».

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu o Senhor deputado Trindade Mendes que na legislação actual a Câmara tem poder expropriativa para obras públicas mas não tem para áreas comerciais. Um Plano de Pormenor permite-lhe adquirir esse poder desde que esse documento de torne numa unidade de execução. Do ponto de vista prático não há alteração nenhuma relativamente à Proposta em discussão.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 50 votos a favor, 18 votos contra e 7 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO Nº. 14/SA/2007;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Lei 2/2007 (Lei das Finanças Locais), de 15 de Janeiro obriga as Autarquias que detenham capital em empresas municipais a nomear um Revisor Oficial de Contas, no período de dois anos. A Câmara Municipal adiantou-se e já adjudicou a prestação deste serviço à Firma “Gregório Carvalho & Costa SROC Lda.” por um valor de cerca de 15 mil euros anuais.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA “EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, SA.” – PEDIDO DE APROVAÇÃO. PROPOSTA Nº. 62/GAPV/07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que é do conhecimento desta Assembleia Municipal a existência da Empresa EHATB, onde os municípios do Alto Tâmega detêm capitais em partes iguais. Em termos da nova legislação (Lei 2/2007) e à semelhança do que foi feito para a Empresa Municipal, a EHATB também tem de adaptar os seus Estatutos. Essa legislação entrou em vigor em Janeiro de 2007 e dá um limite de dois anos para adaptação das empresas à nova realidade.

Assim é alterado o art. 1º onde a designação da Empresa passa a ser Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.; o art. 2º alarga o objecto da Empresa para que possa actuar em cada um dos Municípios e não só no seu conjunto; o art. 19º alarga os membros do Conselho de Administração, passando de cinco para sete, o que vai permitir a entrada de todos os Presidentes das Câmaras.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7. - ART. 44º, DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, SOB A EPÍGRAFE “PUBLICAÇÃO”. – CORRECÇÃO -. INFORMAÇÃO Nº. 23/DASJ/07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, informou que esta Proposta se prende com a data da entrada em vigor do Código de Posturas do Município. Dizia que entraria em vigor um mês após a sua publicação em D.R, quando deveria dizer “entra em vigor 15 dias após a publicação nos termos do art. 91º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações”.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8. - CONSTRUÇÃO DO NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES NA A24/AUTO ESTRADA DO INTERIOR NORTE - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO. PROPOSTA Nº. 57/GAPV/07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, informou que depois de resolvido o problema financeiro relativamente a esta obra, torna-se necessário estabelecer um



documento orientador das partes envolvidas – Câmara Municipal de Chaves – EP – Estradas de Portugal e NORSCUT – Concessionária de Auto-Estradas, SA.

A Câmara Municipal de Chaves assumirá a gestão financeira da obra; a concessionária vai ficar ali com um espaço de contagem de veículos e as Estradas de Portugal irão representar o Governo. Em acordo com as três entidades resultou este documento cuja matriz vem à Assembleia para aprovação.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – usou da palavra para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre o financiamento desta obra, ao que o Senhor Presidente respondeu esclarecendo as dúvidas do Senhor deputado (75% fundos comunitários e 25% fundos próprios da Autarquia).

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – elogiou o Senhor Presidente da Câmara pela resolução deste assunto, que no seu entender foi provocado por ele próprio e para isso teve de negociar. Se este executivo não tem alterado a localização do Parque empresarial este Nó não seria necessário.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou o Senhor deputado que o Parque Empresarial proposto pelo executivo socialista era na zona onde esta Câmara está agora a construir o Mercado do Gado, que dista do Nó de Sanjurge 4 km em auto-estrada, necessitando da mesma forma os acessos agora conseguidos ou seja – o Nó de Outeiro Seco.

Se gastámos três milhões e setecentos e cinquenta mil euros a executar os dez hectares do Parque de Actividades e um milhão e duzentos e cinquenta mil na via estruturante, pergunto como os Senhores deputados socialistas faziam 4 km de auto-estrada desde o Nó de Sanjurge até à zona que propunham para o Parque.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 9. - APRESENTAÇÃO, PARA CONHECIMENTO, DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES.

Sobre este ponto foi feita a exibição do projecto do novo Parque Urbano Desportivo de Chaves, e devidamente explicitado, através dos Técnicos da Autarquia que procederam à sua elaboração.

DEPUTADA SOFIA ANDREIA DOS SANTOS CARVALHO do PS – usou da palavra para em nome do colectivo concelhio do Partido Socialista elogiar este projecto apresentado pela Autarquia, que denota qualidade e imprescindibilidade perante o actual panorama mas, a seu ver, tardio. Disse que pela exibição feita parece bem dotado e ambicioso.

Tendo em conta as solicitações da actual sociedade urge haver um plano que dê resposta a todo e qualquer âmbito de solicitações desportivas, nomeadamente às camadas sociais infantis, jovens, adultos e terceira idade.

A seu ver o que se denota neste plano é futebol e mais futebol, sobretudo de apoio ao federado e para as camadas mais elitizadas, o ténis, não dando resposta cabal a todas as exigências de um verdadeiro serviço público.

Referiu-se a Parques Desportivos de outras cidades, nomeadamente Aveiro, Torres Novas, Almada e Grândola, onde se verifica a preocupação de criar um espaço polidesportivo, com estruturas que incentivam a prática do desporto global, como



voleibol, atletismo, hóquei (em campo ou patins), andebol, basquetebol, squash etc. o que não se evidencia neste projecto, dado que só visualizaram um polidesportivo ao ar livre. As camadas mais jovens, nos tempos actuais, reclamam novas realidades desportivas, nomeadamente uma pista de patins, skate, bicicleta, bicicleta de obstáculos, paredes de escalada, rapel, par cure e campos de paintball.

Onde estão as prometidas piscinas flavienses? E a Ciclovía para reutilização da antiga via-férrea no percurso desde Chaves até Vidago?

Na linha de apreciação deste projecto desportivo, em seu entender, este complexo, para sua maior eficácia e usufruto democrático da população, deveria ser apoiado por uma estrutura comercial nas suas proximidades, de forma a aproveitar melhor, eficaz e harmoniosamente as sinergias de ambas as estruturas, de forma a haver uma maior afluência e interesse da população.

Terminou a sua intervenção perguntando para quando está previsto o início de execução deste projecto e o seu término; se será faseado, ou todo de uma só vez, quando se fará o novo estádio, quando será destruído o actual e o que vai ficar no seu lugar e ainda se o projecto permite expansão.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu à Senhora deputada que o futuro Parque Desportivo primeiro será ocupado e a partir daí é que se pensará na sua expansão.

Não há obras sem projectos e primeiro é necessário procurar os terrenos adequados antes de elaborar os projectos e é interessante reflectir que na intervenção da Senhora deputada não aparece qualquer sugestão ou proposta de alteração; referiu apenas novas modalidades, para as quais o projecto em análise tem o necessário espaço, quer em termos de presente, quer em termos de futuro

Referiu a Ciclovía, mas como sabem está para publicação desde Outubro de 2006 a declaração de interesse público, pelo Ministério do Ambiente.

Relativamente às Piscinas havia uma proposta mas a localização nela preconizada foi rejeitada. Escolheu-se um novo espaço e os restantes Municípios do Alto Tâmega já deram o seu aval para que se projecte uma Piscina Olímpica.

Os campos de Ténis são destinados à prática desportiva de toda a população, sem quaisquer excepções.

Este projecto será faseado no tempo; os campos de futebol serão os primeiros a ser executados e terão de ser validados pelo Instituto do Desporto de Portugal. É difícil dar um prazo para o seu término.

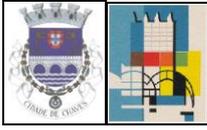
Terminou agradecendo aos Técnicos da Câmara Municipal que participaram no projecto e o apresentaram, o excelente trabalho realizado.

Em seguida foi dada a palavra ao **Senhor Vereador ANTÓNIO CABELEIRA** que começou por agradecer a presença dos Arquitectos da Autarquia que elaboraram este Plano.

Disse que não contempla as Piscinas Municipais, porque as mesmas terão de ser construídas junto do rio.

Este é um projecto em desenvolvimento que está à disposição da Exma. Assembleia Municipal para receber os contributos que acharem pertinentes, mas verifica-se que o Partido Socialista fez uma apreciação da Proposta como se já se tratasse de um projecto efectuado.

Terminou dizendo que toda a gente, sem excepção tem direito ao bom-nome." Na sua intervenção o Senhor Vereador **LUIS MANUEL AREIAS FONTES**, supondo-se que seria para esclarecer a suspeição que lançou, não o fez, e é lamentável que tenha merecido alguns aplausos, embora poucos, da bancada do Partido Socialista. Todos, sem excepção, temos direito ao bom-nome".



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 03/2007

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Mesa encerrou a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____